

QUILOMBOS IBICUÍ DA ARMADA E RINCÃO DA FAXINA; SABERES ANCESTRAIS, EDUCAÇÃO E RESISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DO SUL DO BRASIL

Tamara Rayele Feitosa Almeida[1]

Tiago Souza Brandão[2]

Letiane Soares Ramos[3]

Sandra Maders[4]

Carla Valeria Leonini Crivellaro[5]

Círculo de Saber Conhecimento: saberes e práticas educativas nos movimentos sociais e comunidades tradicionais

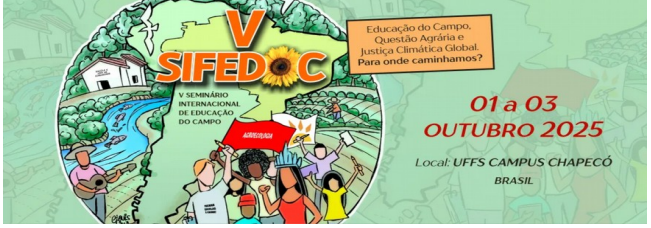
Resumo: Este estudo, de abordagem qualitativa e metodologia investigativa de campo, analisa os conhecimentos, saberes e práticas educativas nos quilombos Ibicuí da Armada (Sant'Ana do Livramento) e Rincão da Faxina (Piratini), no estado do Rio Grande do Sul. tem como objetivo de compreender como essas comunidades tradicionais constroem formas próprias de educação baseadas na ancestralidade, na oralidade, nos saberes agroecológicos, nas práticas espirituais e na organização comunitária. A hipótese central é que, mesmo diante da precariedade estrutural e da ausência de políticas públicas específicas, essas comunidades desenvolvem pedagogias próprias, territorializadas e contra-hegemônicas, que funcionam como instrumentos de resistência cultural, fortalecimento identitário e produção autônoma do conhecimento. Os resultados indicam que a educação quilombola vai além do espaço escolar, estando enraizada nas vivências cotidianas, nas relações intergeracionais, na luta pelo território e na preservação dos saberes ancestrais, configurando uma pedagogia do território com forte potencial emancipatório.

Palavras-chave: Saberes tradicionais; Pedagogia do território; Resistência cultural

Introdução

No presente trabalho, vamos explorar Saberes Ancestrais, Educação e Resistência nos Territórios Tradicionais nas comunidades quilombolas do Ibicuí da armada e da comunidade do Rincão da Faxina. Os quilombos Ibicuí da Armada, em Sant'Ana do Livramento, e Rincão da Faxina, em Piratini, são exemplos vivos da força, resiliência e diversidade cultural dos povos quilombolas no sul do Brasil. Suas

1 Graduanda da Universidade Federal do Pampa. E-mail: tamarafeitosa.aluno@unipampa.edu.br
2 Mestrando da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: tiagosoussa348@gmail.com
3 Graduanda da Universidade Federal do Pampa. E-mail: letianeramos.aluno@unipampa.edu.br
4 Docente da Universidade Federal do Pampa. E-mail: sandramaders@unipampa.edu.br
5 Docente da Universidade Federal do Pampa. E-mail: carlacrivellaro@unipampa.edu.br



histórias, profundamente entrelaçadas com os processos de escravização, fuga, ancestralidade e resistência, segue pulsando por meio da luta pelo território, da preservação de saberes ancestrais e da construção de formas próprias de educação e organização social.

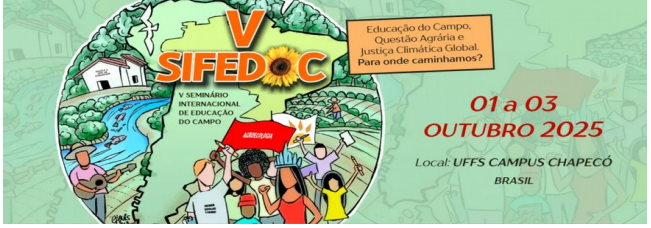
Esses territórios não são apenas espaços físicos, mas também lugares simbólicos e pedagógicos, onde se produzem e se transmitem conhecimentos de geração em geração, que sustentam a vida em comunidade. Ali, os saberes tradicionais, a educação popular e a formação política se articulam de forma concreta, configurando um modelo alternativo e contra-hegemônico de produção de conhecimento — diretamente conectado à luta por direitos, à justiça social e à preservação da memória coletiva.

Essa compreensão dos territórios como espaços de resistência e produção coletiva de saberes dialoga com a visão de Carlos Rodrigues Brandão, para quem a educação popular se constrói a partir da vivência concreta dos sujeitos e de seus contextos históricos e culturais. Segundo o autor, "os saberes populares são parte das formas de resistência e de afirmação de identidades sociais e culturais que se opõem às imposições de uma cultura dominante" (BRANDÃO, 2002, p. 27). Nesse sentido, os territórios tradicionais, quilombolas, indígenas ou de ocupações urbanas, tornam-se espaços educativos vivos, onde a prática pedagógica se confunde com a luta por direitos, a valorização da ancestralidade e a construção de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento e conhecimento.

Assim a pergunta de pesquisa é: Como as comunidades quilombolas Ibicuí da Armada e Rincão da Faxina constroem e mantêm seus saberes tradicionais e práticas educativas diante dos desafios impostos pela ausência de políticas públicas específicas, dificuldades de acesso à educação formal e ameaças à sua organização social e territorial?

Objetivo Geral

Analisar os saberes tradicionais e as práticas educativas desenvolvidas nas comunidades quilombolas Ibicuí da Armada e Rincão da Faxina, compreendendo



como esses conhecimentos se articulam à organização social, à ancestralidade e à resistência territorial.

Objetivos Específicos

Identificar as principais formas de construção de saberes nas comunidades, considerando as práticas orais, religiosas, culturais e agrícolas como elementos educativos.

Investigar os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas em relação à educação formal, acesso a políticas públicas e preservação de seus conhecimentos tradicionais.

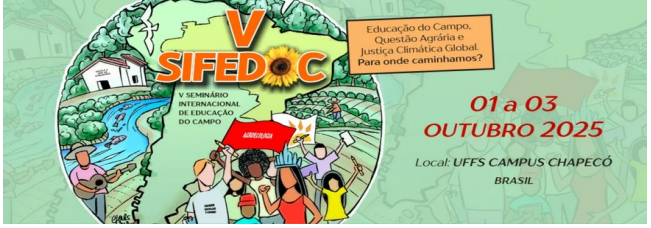
Hipóteses

As comunidades quilombolas Ibicuí da Armada e Rincão da Faxina desenvolvem práticas educativas próprias que valorizam os saberes ancestrais e a relação com o território, funcionando como estratégias de resistência cultural frente às desigualdades estruturais.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, buscando compreender os saberes, práticas educativas e formas de organização social nas comunidades quilombolas de Ibicuí da Armada e Faxina, localizadas no estado do Rio Grande do Sul. A escolha por uma abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve aspectos simbólicos, culturais, históricos e sociais, impossíveis de serem apreendidos por métodos quantitativos.

Trata-se de uma pesquisa de campo, realizada diretamente nos territórios das comunidades, visando à aproximação com o cotidiano dos moradores e com os contextos socioculturais que moldam seus modos de vida e suas práticas educativas. A pesquisa foi estruturada com base nos princípios da pesquisa participante, valorizando a escuta ativa, a observação participante e o respeito aos tempos e saberes das comunidades.

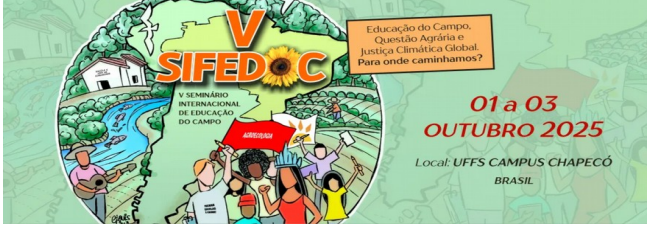


A coleta de dados desta pesquisa foi realizada por meio de diferentes instrumentos qualitativos, permitindo uma compreensão aprofundada das práticas educativas e saberes tradicionais das comunidades quilombolas estudadas. Utilizou-se a observação direta, por meio de visitas aos territórios, participação em atividades comunitárias, eventos culturais, reuniões e momentos informais do cotidiano, com registros sistemáticos em diário de campo, observando gestos, interações, rituais e espaços educativos. Foram realizadas também entrevistas semiestruturadas com lideranças, anciãos, educadores, jovens e demais moradores, a fim de captar percepções sobre educação, ancestralidade, desafios comunitários e relações com o território. A análise documental incluiu o levantamento de atas, projetos comunitários, registros históricos, documentos institucionais e materiais escolares, além da consulta à participação das comunidades em conselhos como o CONAC, CODENE e CONSEIA. Por fim, os relatos orais e memórias foram tratados como fontes legítimas de conhecimento, valorizando a tradição oral e respeitando a diversidade de linguagens e formas de expressão presentes nos quilombos.

A pesquisa respeitou todos os princípios éticos previstos na Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que rege pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. A participação dos sujeitos foi voluntária, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo-se o anonimato e o direito de recusa ou interrupção da participação a qualquer momento. O estudo também buscou respeitar as especificidades culturais e espirituais das comunidades, conduzindo o trabalho com escuta sensível, diálogo e transparência.

Educação nos Territórios Quilombolas: Para Além da Escola

Embora o acesso à escola formal seja um direito conquistado e importante, é fundamental compreender que, nos quilombos, a educação não se limita ao espaço escolar. O cotidiano das comunidades é atravessado por uma série de práticas educativas informais, que se manifestam na oralidade, na vivência coletiva, nos rituais, no trabalho com a terra, nas celebrações e nas experiências compartilhadas entre gerações.



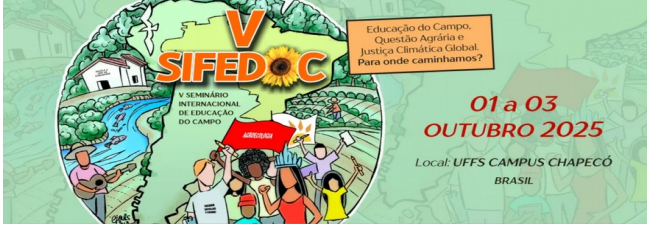
Tanto no Ibicuí da Armada quanto no Rincão da Faxina, é possível observar como a educação está enraizada no fazer cotidiano. A sabedoria dos mais velhos, a escuta atenta dos jovens, os mutirões, as oficinas comunitárias, os bailes, as festas religiosas e as rodas de conversa são verdadeiros espaços pedagógicos, onde se constrói e reconstrói a identidade quilombola.

Essa educação é dialógica, participativa e emancipadora — uma pedagogia do território, que resgata a dignidade do povo negro, fortalece o pertencimento e combate o apagamento cultural imposto historicamente pelos processos de colonização e racismo estrutural.

Essa valorização das práticas educativas cotidianas nas comunidades quilombolas está diretamente ligada ao conceito de territorialização da educação, como propõe Nilma Lino Gomes. Para a autora, "a escola quilombola precisa reconhecer e dialogar com os saberes produzidos nos territórios, pois é neles que se dá a formação integral dos sujeitos" (GOMES, 2017, p. 45). A presença de saberes ancestrais, transmitidos oralmente e vivenciados no cotidiano das comunidades, constitui uma pedagogia própria, enraizada na cultura afro-brasileira e na história de resistência do povo negro. Esses espaços educativos, que vão além dos muros da escola, são fundamentais para o fortalecimento da identidade quilombola, da autoestima coletiva e do enfrentamento ao racismo estrutural. Reconhecer essa educação do território é, portanto, um passo essencial para a construção de uma escola mais democrática, antirracista e decolonial.

Saberes Tradicionais e Ancestralidade como Patrimônio Educativo

Os saberes tradicionais são pilares centrais na formação cultural e educativa dessas comunidades. No Faxina, por exemplo, técnicas como o plantio conforme as fases da lua, o uso medicinal das ervas, os benzimentos, o pão assado na pedra, e o cultivo de sementes crioulas (milho, feijão, amendoim, batata-doce) revelam um conhecimento profundo e integral do meio ambiente — uma forma de ciência popular construída a partir da observação da natureza, da experimentação, da oralidade e da espiritualidade.



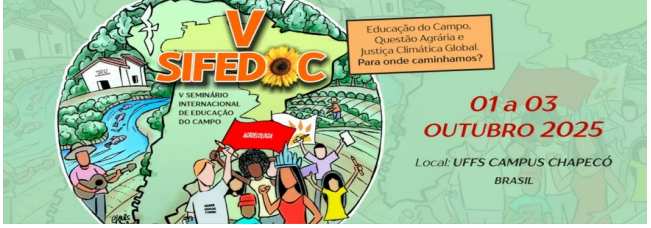
Já no Ibicuí da Armada, práticas como a doma de animais, o trabalho com cercas (realizado por labradores), a produção de alimentos tradicionais como o bolo de canela, mocotó e farinha de cachorro, bem como o uso de ervas medicinais, também revelam um sistema de saberes e fazeres que garantem a sobrevivência, a saúde e a manutenção das relações comunitárias.

Esses saberes são, ao mesmo tempo, educativos, identitários e políticos — e sua transmissão é um ato de resistência frente a um sistema que insiste em desvalorizá-los ou invisibilizá-los. Preservá-los é essencial não apenas para as comunidades, mas para toda a sociedade, pois eles oferecem respostas concretas a questões como sustentabilidade, segurança alimentar, saúde integral e justiça ambiental.

A valorização dos saberes tradicionais quilombolas se insere no que Catherine Walsh (2009) define como epistemologias outras — formas de conhecimento construídas a partir da vivência, da ancestralidade e da relação simbiótica com o território. Para a autora, esses saberes não são apenas formas alternativas de conhecer, mas também "projetos de vida e de futuro que se contrapõem à lógica colonial e neoliberal da homogeneização cultural e da destruição da natureza" (WALSH, 2009, p. 24). Quando comunidades como Faxina e Ibicuí da Armada cultivam sementes crioulas, realizam benzimentos, ou cozinham coletivamente alimentos tradicionais, estão afirmando sua identidade e propondo outras formas de existência e convivência com o meio ambiente. Essa prática educativa não apenas preserva a memória coletiva, como também fortalece a autonomia e a soberania dos povos diante dos processos de exclusão e silenciamento históricos.

Movimentos Sociais, Organização Comunitária e Formação Política

A participação dos quilombos nos movimentos sociais e conselhos é também uma forma de produção de conhecimento e prática educativa. Ambas as comunidades estão organizadas por meio de associações ativas, que exercem papel fundamental na formação política, na mobilização coletiva e na interlocução com o poder público.



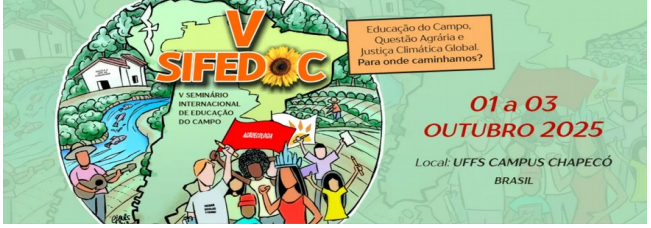
Esse engajamento é, por si só, uma pedagogia da luta, em que os sujeitos se formam politicamente a partir da vivência e do enfrentamento das desigualdades. Demandas como o acesso à água, regularização fundiária, transporte comunitário, políticas públicas de saúde, educação quilombola e comercialização de produtos são construídas coletivamente e comunicadas com base na escuta mútua e na negociação democrática.

Esse tipo de atuação coletiva pode ser compreendido como uma forma de educação popular libertadora, nos moldes defendidos por Paulo Freire. Para o educador, "a educação verdadeira é praxis, reflexão e ação do homem sobre o mundo para transformá-lo" (FREIRE, 1987, p. 40). Nos quilombos, a participação em conselhos, fóruns e movimentos sociais constitui um espaço privilegiado de formação crítica, onde a escuta, o diálogo e a ação transformadora se entrelaçam. É nesse processo de organização e reivindicação que se constroem sujeitos políticos conscientes, que não apenas lutam por direitos, mas também elaboram saberes próprios, conectados à vida, à terra e à ancestralidade. Assim, a pedagogia da luta presente nas comunidades quilombolas amplia o conceito de educação para além da escola, incorporando práticas territoriais, comunitárias e emancipatórias.

Desafios à Educação e à construção dos Saberes Quilombolas

Apesar da riqueza cultural e do potencial educativo das comunidades, há inúmeros obstáculos que comprometem a continuidade e o fortalecimento dessas práticas: A ausência de escolas quilombolas com currículos contextualizados, que valorizem a cultura local e a história da ancestralidade negra.

O deslocamento precário até instituições de ensino e a falta de transporte regular, especialmente para estudantes do ensino médio e superior; A falta de apoio à formação de educadores quilombolas ou com preparo para atuar em contextos comunitários e tradicionais; A inexistência de infraestrutura tecnológica coletiva, que compromete o acesso a direitos digitais e à educação remota; A ausência de projetos contínuos de educação ambiental, agroecologia e soberania alimentar, dificultando a integração entre educação formal e os saberes do território.



Além disso, sem o laudo antropológico e o reconhecimento legal do território, comunidades como Ibicuí da Armada ficam ainda mais vulneráveis à perda de terras, à negação de políticas públicas e à invisibilidade institucional.

A ausência de políticas públicas que reconheçam e valorizem as especificidades dos territórios quilombolas revela uma lógica colonial ainda presente nos sistemas educacionais e institucionais. Boaventura de Sousa Santos (2010) denuncia esse padrão como parte de uma "epistemologia do Norte", que invisibiliza os conhecimentos produzidos por povos tradicionais, ao não reconhecê-los como legítimos ou científicos. Para o autor, "não há justiça social global sem justiça cognitiva" (SANTOS, 2010, p. 47), e isso exige o reconhecimento dos saberes populares, indígenas, quilombolas e camponeses como formas válidas de conhecimento. Nesse contexto, a negação de currículos contextualizados, a ausência de infraestrutura e a precariedade nos deslocamentos revelam uma profunda desigualdade epistêmica que afeta diretamente o direito à educação nas comunidades.

Além disso, a não titulação das terras e a ausência do laudo antropológico colocam em risco não apenas o direito ao território, mas também a continuidade das práticas culturais e educativas que dele emergem. João Pacheco de Oliveira (2016) alerta que a regularização fundiária é uma condição fundamental para garantir a autonomia das comunidades e sua permanência enquanto sujeitos coletivos de direitos. Ele afirma que "a insegurança fundiária mina o exercício da cidadania plena" (OLIVEIRA, 2016, p. 93), pois sem ela as comunidades permanecem vulneráveis à grilagem, à exploração e à negação de políticas públicas básicas. Portanto, a luta pelo reconhecimento territorial é também uma luta por educação, saúde, identidade e futuro.

A seguir, compartilhamos registros fotográficos das visitas realizadas às comunidades de Rincão da Faxina e Ibicuí da Armada.

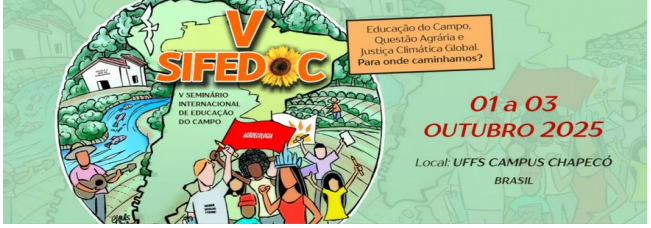


Imagem 1.



Duas crianças, uma bola e muita magia no futebol. Acervo pessoal, 2025

Imagem 2.

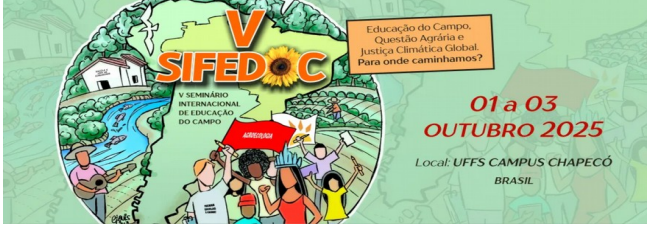


Pessoas criando a cartografia participativa da comunidade. Acervo pessoal, 2025.

Imagem 3



Pesquisador mostra imagem para uma mulher da comunidade durante o diálogo. Acervo pessoal, 2025

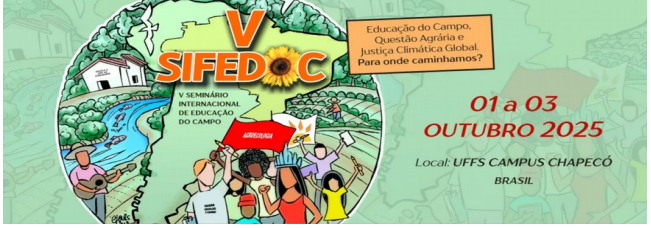


Conclusão

A pesquisa sobre os saberes ancestrais e práticas educativas nas comunidades quilombolas de Ibicuí da Armada e Rincão da Faxina evidencia a complexa articulação entre educação, ancestralidade, resistência e luta territorial. Ao abordar essas comunidades como espaços vivos de produção de conhecimento, foi possível perceber como a construção de saberes é uma prática dinâmica e contínua, que ultrapassa os limites da educação formal. Nessas comunidades, a educação não se restringe à sala de aula, mas se manifesta em práticas cotidianas de trabalho, espiritualidade e convivência social, as quais desempenham papel essencial no fortalecimento da identidade quilombola e na resistência ao apagamento cultural imposto pelos processos históricos de colonização e racismo estrutural. O território, assim, se configura não apenas como um espaço físico, mas também como um campo simbólico e pedagógico fundamental para a manutenção desses saberes.

No entanto, os desafios enfrentados por essas comunidades, especialmente a falta de políticas públicas específicas, o acesso precário à educação formal e a insegurança territorial, limitam a continuidade e o fortalecimento dessas práticas. A ausência de escolas quilombolas contextualizadas, a precariedade no transporte e a falta de infraestrutura tecnológica são barreiras que dificultam o pleno exercício do direito à educação nessas comunidades. Além disso, a insegurança fundiária e a falta de reconhecimento legal dos territórios quilombolas, como no caso de Ibicuí da Armada, expõem as comunidades à constante ameaça de perda de suas terras e à marginalização institucional, tornando mais difícil o fortalecimento de suas práticas culturais e educativas. A luta pelo reconhecimento dessas terras e pela implementação de políticas públicas que atendam às necessidades específicas dos quilombolas é, portanto, uma questão central para garantir a continuidade das suas formas de organização social e cultural.

Dessa forma, os saberes tradicionais quilombolas, longe de serem apenas uma herança do passado, constituem uma fonte de resistência ativa contra as desigualdades estruturais e a invisibilidade social. A valorização e preservação desses saberes são fundamentais não apenas para as comunidades, mas para a



sociedade como um todo, pois oferecem alternativas concretas para questões contemporâneas como sustentabilidade, saúde integral e justiça social. Portanto, é imperativo que as políticas públicas reconheçam e incorporem esses saberes, garantindo não apenas o direito à educação, mas também o direito à autodeterminação e à preservação da cultura e da memória coletiva dos povos quilombolas. Em última instância, o fortalecimento dessas práticas educativas e culturais constitui um passo crucial para a construção de uma sociedade mais justa, plural e decolonial.

Referências bibliográficas

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação popular*. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Educação para a igualdade racial: reflexões e ações para a educação quilombola. In: SILVA, Petronilha B. (org.). *Educação das relações étnico-raciais: caminhos para a implementação da lei 10.639/03*. Brasília: MEC/SECADI, 2017. p. 39-52.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Ensaios em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

WALSH, Catherine. Interculturalidade, saberes e pedagogias. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 23-67.